
Dossiê: Para além do 25 de Abril: transições políticas e
dinâmicas culturais

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2026.v32.51091>

Maria Archer:
escritos, exílio e resistências (São Paulo/1955-79)

Maria Archer:
Writings, Exile, and Resistance (São Paulo/1955-79)

Maria Archer:
Escritos, Exílio y Resistencia (São Paulo/1955-79)

Maria Izilda Santos de Matos* **
<https://orcid.org/0000-0002-4109-3747>

RESUMO: Este artigo focaliza o protagonismo feminino nas ações e lutas de oposição ao salazarismo, destacando a trajetória e obra da escritora portuguesa Maria Archer. Recupera-se o contexto, trajetória de vida e produção de Archer, particularizando, as ações de censura às suas obras e o exílio em São Paulo, onde permaneceu por cerca de 20 anos (1955-1979) dando continuidade à luta antissalazarista. A pesquisa valorizou uma diversidade de fontes e referências em arquivos no Brasil e em Portugal: a documentação da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), o acervo da Torre do Tombo e da Fundação Mário Soares; os arquivos do DEOPS/SP (Departamento Estadual de Ordem Política e Social); textos literários, cartas, fotografias, entrevistas, crônicas, imprensa, priorizando os escritos de Archer no exílio.

Palavras-chave: Maria Archer. Antissalazarismo. Censura. Exílio. Portugal Democrático.

* CNPQ, Bolsa Produtividade de Pesquisa 1 A.

** Professora Titular da PUC/SP e Professora convidada Università Ca'Foscari/Veneza/Itália (2023). Possui graduação (USP/1978), doutorado (USP/1991) e Livre docência (PUC/SP 2016) em História; Pós-doutorado pela Université Lumière Lyon 2/França (1997). Pesquisadora Produtividade em pesquisa do CNPq nível 1 A. Investiga temas de imigração portuguesa, história das mulheres e gênero, exílios, entre outros. Livros: *Gênero e imigração: mulheres portuguesas em foco*. São Paulo: E@manuscrito, 2017; *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. São Paulo: E@manuscrito, 3.ed., 2019; *Portugueses: deslocamentos, experiências e cotidiano*. São Paulo, EDUSC, 2013; *Portugueses: ações e lutas políticas*. Rio de Janeiro e São Paulo: Verona editores, 2015. Acesso ao CV completo: <http://lattes.cnpq.br/3818957885297532>. E-mail: mismatos@pucsp.br.

ABSTRACT: This article focuses on female protagonism in the actions and struggles of opposition to salazarism, highlighting the trajectory and work of the Portuguese writer Maria Archer. It recovers the context, life trajectory, and production of Archer, particularly the censorship of her works and her exile in São Paulo, where she remained for about 20 years (1955-1979), continuing the anti-Salazar struggle. The research valued a diversity of sources and references in archives in Brazil and Portugal: the documentation of PIDE (International Police and State Defense), the collection of Torre do Tombo and the Mário Soares Foundation; the archives of DEOPS/SP (State Department of Political and Social Order); literary texts, letters, photographs, interviews, chronicles, press, giving priority to Archer's writings in exile.

Keywords: Maria Archer. anti-Salazarism. Censorship. Exile. Democratic Portugal.

RESUMEN: Este artículo se centra en el papel protagónico de las mujeres en las acciones y luchas de oposición al salazarismo, destacando la trayectoria y obra de la escritora portuguesa Maria Archer. Recupera el contexto, la trayectoria vital y la producción de Archer, en particular la censura de sus obras y su exilio en São Paulo, donde permaneció durante aproximadamente 20 años (1955-1979), continuando la lucha antisalazarista. La investigación valoró una diversidad de fuentes y referencias en archivos de Brasil y Portugal: la documentación de la PIDE (Policía Internacional y de Defensa del Estado), la colección de la Torre do Tombo y la Fundación Mário Soares; los archivos del DEOPS/SP (Departamento de Orden Político y Social del Estado); Textos literarios, cartas, fotografías, entrevistas, crónicas, prensa, con especial énfasis en los escritos de Archer en el exilio.

Palabras clave: Maria Archer. Antisalazarismo. Censura. Exilio. Portugal Democrático.

Como citar este artigo:

Matos, Maria Izilda Santos de. “Maria Archer: escritos, exílio e resistências (São Paulo/1955-79)”. *Locus: Revista de História*, 32, n. 1 (2026): 115-141.

* * *

Vim para o Brasil, tendo chegado dia 15-07-1955, porque já não podia viver em Portugal. A ação da censura asfixiou-me e tirou-me os meios de vida. Apreenderam-me dois livros publicados, assaltaram-me com policiais a casa e levaram-me um original que ainda estava escrevendo, violência inédita em países de civilização europeia (*Diário de Notícias* 15/01/1956, 14).

Em entrevista ao *Diário de Notícias*, quando da sua chegada ao exílio, Maria Archer, escritora e intelectual portuguesa, denunciou as perseguições a que foi submetida em Portugal, considerando-se “amordaçada pela censura”. Assim, como outros portugueses exilados em São Paulo, ela levou a frente ações de oposição ao regime salazarista, tendo como arma de luta a escrita.

O exílio¹ é uma situação impactante, que provoca reações e necessidade de desabafos, desencadeando desejos de preservar memórias desta experiência através da escrita, analisando e registrando contextos, ideias e práticas políticas, redes e conexões estabelecidas, além de dilemas afetivos (Said 2005; Hochman 2011; Sarlo 2006; Arendt 1988).

Nesse sentido, estes escritos pretendem uma contribuição para o estudo do protagonismo feminino nas ações e lutas de oposição ao salazarismo, destacando a trajetória e obra de Maria Archer. Para tanto, inicialmente, recupera-se o contexto vivenciado pela escritora (o Estado Novo português e seus aparelhos repressivos); na sequência retoma-se a trajetória de vida e a produção de Archer em Portugal, particularizando, as ações de censura às suas obras. Finalizando, com a análise de sua atuação e obras produzidas nos anos de exílio em São Paulo (1955-1979).

Para enfrentar tal desafio, a pesquisa valorizou uma diversidade de fontes e referências: a documentação da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), o acervo da Torre do Tombo e da Fundação Mário Soares (em Portugal); do DEOPS/SP (Departamento Estadual de Ordem Política e Social no Arquivo Público do Estado de São Paulo- APESP); textos literários, cartas, fotografias, entrevistas, crônicas, imprensa, priorizando os escritos de Archer no exílio.

Estado Novo português: autoritarismo, censura e propaganda

Em Portugal, a República foi instaurada em 1910, num momento de instabilidade política, crise econômica e social. Terminada a I Grande Guerra (1914-18), as dificuldades foram agravadas pela alta dos preços, desemprego e miséria nos campos e nas cidades, gerando descontentamento, lutas e reivindicações, bem como, o crescimento das organizações operárias, sindicais e a fundação do Partido Comunista Português (PCP/1921). Disputas políticas, crise econômica, déficits econômicos, manifestações de trabalhadores, geraram golpes e contragolpes, levando os militares ao poder (1926). Estes contextos de tensões dinamizaram novos fluxos de emigração para o Brasil, inclusive, o exílio de opositores ao regime (1927/28).

Com a ascensão do General Carmona (1928), foi nomeado para a pasta das finanças António de Oliveira Salazar, sendo, posteriormente, indicado para a Presidência do Conselho de Ministros. Em 1932, ele encabeçou a elaboração da Constituição do Estado Novo (implantado em 1933/34), que se caracterizou como um governo corporativo, forte e intervencionista, cultivando alianças com a Igreja Católica, constituindo-se num “regime autoritário católico”. Sua gestão era

¹ A delimitação dos significados semânticos de *exílio* é complexa, o termo é polissêmico, podendo significar a experiência de ser expatriado forçado ou voluntário, envolvendo o ser expulso da pátria, também, o apartar, arredar, afastar-se do convívio social, embora toda pessoa impedida de voltar para casa é um exilado, há distinções entre exilados, asilados, refugiados, expatriados e emigrados.

resistente às mudanças econômicas, confinando Portugal a padrões tradicionais centrados nas atividades agrícolas, com uma política econômica avessa à industrialização, considerada a causa dos conflitos de classe (Maxwell 2006; Secco 2004; Paulo 2000; Silva 2006; Ramos 2004; Oliveira 2010; Matos 2013).

As ações de oposição e resistência ao salazarismo foram permanentemente sufocadas, tais como o Levante Operário (1934), a Revolta dos Marinheiros ou Motim dos Barcos do Tejo (1936) e o Movimento de Unidade Democrática (1945/48), sendo a repressão às oposições mantida por meio da PIDE e de outros órgãos (Pinto 1994; Torgal 2009; Secco 2004; Mattoso 1998).

Durante todo o Estado Novo foram constituídos mecanismos de controle de expressão e de propaganda do regime. Em 1933, foi criado o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), órgão ligado diretamente ao Conselho de Ministros (portanto, a Salazar), que se encarregava pela propaganda do regime tanto em Portugal como no exterior.

O SPN assumiu o controle e a censura dos meios de difusão cultural, fiscalizava e cerceava à programação de rádio, televisão, jornalismo (qualquer matéria que tivesse conteúdo considerado impróprio, incluindo os noticiários internacionais), produção literária (autores estrangeiros e nacionais), teatro, música, artes plásticas e até mesmo as festas nacionais. Ao mesmo tempo que censurava, esse órgão incentivava e subsidiava as ações ufanistas ao salazarismo, através de estímulo e apoio cultural, prêmios literários e artísticos, organização de exposições, museus, espetáculos teatrais, apoio a produção cinematográfica e ações conservação ao patrimônio etnográfico, que entre suas plataformas valorizava um país rural e folclorizado (Coelho 1974; Cabrera 2008; Ramos 1969; Baião 2012; Paulo 1994; Azeredo 1999).

Em 1944, o SPN transformou-se no Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), passando a controlar e censurar as atividades culturais em Portugal e em outros países com os quais mantinha contato. O escritor e jornalista Antônio Ferro presidiu o SPN/SNI entre 1933-1949, tornando-se uma das figuras mais influentes do governo salazarista (Torgal 2004).

A sua acção, durante os anos em que ocupou tal cargo, de 1933 a 1950, pautou-se pela fidelidade à “lição de Salazar” e pelo incremento daquilo que era apodado por ele próprio como uma “política do espírito”. Salazar encontrou em António Ferro o homem ideal para a dinamização do seu projecto cultural [...].

A rádio, o teatro e o cinema nacionais foram especialmente favorecidos pela sua acção, tendo sido também ele o criador do grupo de danças Verde Gaio. Tentou aliciar e controlar a imprensa estrangeira, instalando-a num gabinete do Palácio Foz. O significado ideológico das diversas manifestações culturais do seu tempo não lhe escapava. Reflectindo, por exemplo, sobre os defeitos e qualidades do cinema português, Ferro pretendeu incentivar o “filme histórico”, ao mesmo tempo que desencorajou os chamados “filmes cómicos”, não apenas talvez por uma questão de gosto pessoal, mas porventura pelo incómodo do retrato social que registavam (Torgal 1982, 1442).

As propagandas salazaristas se davam através de vários meios de comunicação, entre eles o rádio. Na década de 1930, foi criada a Emissora Nacional, com programas que se propunham a difundir a “cultura popular”, conforme esta era entendida pelo sistema. O teatro (Teatro do Povo, que pretendia levar a todos a “cultura verdadeira”, segundo o regime), o cinema e a música apoiados se caracterizavam por mensagens nacionalistas, de exaltação ao governo e a Salazar. Afora essas, houve várias outras iniciativas de difundir o ideário propalado pelo regime, como a criação das Casas do Povo, que, além de promover atividades culturais e de lazer, possuíam bibliotecas com obras que enalteciam o salazarismo. Com a mesma intenção foram criadas as Casas dos Pescadores, a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT) e a Junta de Ação Nacional (Torgal 1982; Santos 2008).

O sistema de propaganda salazarista (SPN/SNI) organizou ações voltadas para os portugueses que viviam em outros países. No caso do Brasil, a propaganda se concentrou no eixo Rio de Janeiro-São Paulo devido a maior presença lusitana. Em São Paulo, destacou-se a participação da Casa de Portugal, além de publicações de propaganda na *Revista Portuguesa*, patrocínio de conferências, programas de rádio, veiculação de cinema, teatro e espetáculos musicais de cunho apologético ao salazarismo (Paulo 1994).

As obrigações que, no campo da propaganda no estrangeiro, cabiam ao Secretariado, bem como as ações que levou a cabo, incluíam a colaboração com todos os organismos portugueses de propaganda existentes no estrangeiro, tais como embaixadas, consulados e Casas de Portugal; supervisão de todos os serviços de imprensa oficiais fora do país; a realização de conferências e encorajamento do intercâmbio com intelectuais e jornalistas estrangeiros, com vista a moldar a opinião internacional, entre outros assuntos, sobre a política colonial; promoção cultural e artística de Portugal bem como do seu turismo (Cotrim 2010, 77).

Durante a Guerra Fria, cresceram as tensões e as ações repressivas do regime aos seus opositores. Os conflitos se agudizaram nas eleições para a Assembleia e a Presidência (1957/58), com a coligação das oposições em torno da candidatura do general Humberto Delgado, que angariou adeptos e popularidade, porém, o resultado das eleições deu a vitória ao candidato da situação, Américo Tomás. Nesse contexto, o regime desencadeou novas ações de repressão através da PIDE, com a prisão de vários oposicionistas, enquanto outros, inviabilizados de manter suas atividades profissionais e políticas, optaram pelo exílio.²

² Observando os diferentes momentos políticos e a constituição das oposições ao regime português pode-se identificar fluxos de exílios. Inicialmente, uma leva nos anos 1920/30, envolvendo os que atuaram na oposição e levantes contra o sistema estabelecido (1927/28 e 1931), eram na maioria republicanos e democratas, alguns, depois de passagens pela Espanha, exilaram-se na França e na sequência no Brasil; dentro desta primeira leva encontra-se João Sarmiento Pimentel e Jaime Cortesão. Já entre 1940/56, intelectuais e políticos em tensão com o regime salazarista exilaram-se majoritariamente no Brasil. A dinâmica oposicionista e o agravamento da repressão depois de 1957/58 gerou novos fluxos, que levou diferentes quadros políticos e de opção ideológica diversa a saírem, tendo o Brasil como um dos

Nas décadas de 1960/70, a situação socioeconômica em Portugal era marcada por crises econômicas, particularmente, a agrícola, gerando dificuldades e declínio da produção nos campos; a emigração continuava a ser a válvula de escape e as remessas enviadas amenizavam as carências. Os descontentamentos frente ao regime se generalizavam, as resistências cresceram dentro e fora do país culminando na “Revolução dos Cravos”, em 25 de abril de 1974.³

Maria Archer: escrituras, resistências e lutas

Minha obra tem sido norteadas pelo princípio vital de rebater o preconceito arcaico da inferioridade das mulheres (Archer 1952).

A chamada oposição pode contar com as mais nobres energias da minha pena de escritora, da minha voz de conferencista, e mesmo com o meu voto de cidadã (Archer 1948b).

Romancista e dramaturga, autora de uma ampla obra literária e jornalística, Maria Emília Archer Eyrolles Baltazar Moreira, nasceu em Lisboa (1899), filha de João Baltazar Moreira Junior (funcionário do governo/Banco Nacional Ultramarino) e de Cipriana Archer Eyrolles Baltazar. Foi casada com Alberto Teixeira Passos (1921-1926), buscando por independência econômica e profissional, se divorciou em 1931. Sua trajetória de vida foi marcada por vivências em vários países da África (Angola, Guiné-Bissau, Niassa, Moçambique) e, como exilada, no Brasil (1955-1979).

Maria Archer cursou apenas a escola primária e como autodidata adquiriu ampla cultura, se tornando escritora profissional, atuando como jornalista e publicando várias obras, que transitavam por diferentes campos do conhecimento como história, geografia, etnografia, sociologia e antropologia. Sua escritura tinha um estilo agradável e envolvente, buscando, além de entreter, instruir, debater, informar, defender ideias e instigar o debate.⁴ Nas décadas de 1930 a 1950, Archer produziu uma ampla gama de escritos (livros, crônicas, teatro, literatura infantil), proferiu palestras,

destinos. Entre 1965/74, percebe-se que o aumento das saídas esteve associado às Guerras coloniais, ao movimento estudantil e a emergência de novos grupos políticos, além do Brasil, cresceram os fluxos para áreas mais próximas a Portugal como o Marrocos e Argélia, França, Alemanha, Bélgica, Suécia, Itália e, em menor frequência, para Romênia, URSS, Canadá e USA. As escolhas por estes destinos se vinculam às diferenças de opções políticas, articulações nas sociedades de acolhimento e nível de projeção dos agentes envolvidos (Martins 2005).

³ Ampliavam-se os desgostos, especificamente, devido às Guerras coloniais na África, gerando insubordinação inclusive entre os oficiais, contudo, o regime se mantinha indiferente frente às questões apesar de todos os alertas da impossibilidade de continuidade destes conflitos. As articulações políticas da oposição culminaram na “Revolução dos Cravos”, em 25 de abril de 1974, conduzida pelos oficiais intermédios do Movimento das Forças Armadas (MFA) e membros da oposição, o programa proposto visava o fim da guerra na África e a criação de um regime democrático e pluralista em Portugal (Maxwell 2006. Secco 2004, Mattoso e Rosas 1998).

⁴ Considerada uma “escritora esquecida”, recentemente suas obras têm sido parcialmente reeditadas, despertando o interesse de vários pesquisadores, particularmente da área de letras e literatura, merece menção as obras: Batista 2007; Bordeira 2014; Botelho 1994; Bouzy 2012 e Bouzy 2015; Horta 2001; Martins 2005; Pedrosa 2017; Pereira 2008; Souza 2012.

conferências, participou de programas radiofônicos, trabalhou para vários jornais em Portugal e África.

Iniciou a sua carreira literária com a obra *Três Mulheres*, em coautoria com Graça Pinto Quartim (Luanda 1935). Já estabelecida em Lisboa, sua escritura foi intensificada, nesta fase, priorizou temáticas sobre África, merecendo destaque o livro *Viagem à roda de África* (1938), com o qual recebeu o prêmio Maria Amália Vaz de Carvalho, seguido de outras obras na *Coleção Cadernos Coloniais* (1936 e 1938).⁵

A partir de 1938, com a obra *Ida e volta duma caixa de cigarros*, Maria Archer iniciou uma nova etapa ou pelo menos a incorporação de inovações temáticas, priorizando as questões da condição feminina, abordando assuntos polêmicos e tabus como violência doméstica, sexualidade feminina, virgindade, honra, aborto, separação, trabalho e prostituição, entre outros.⁶

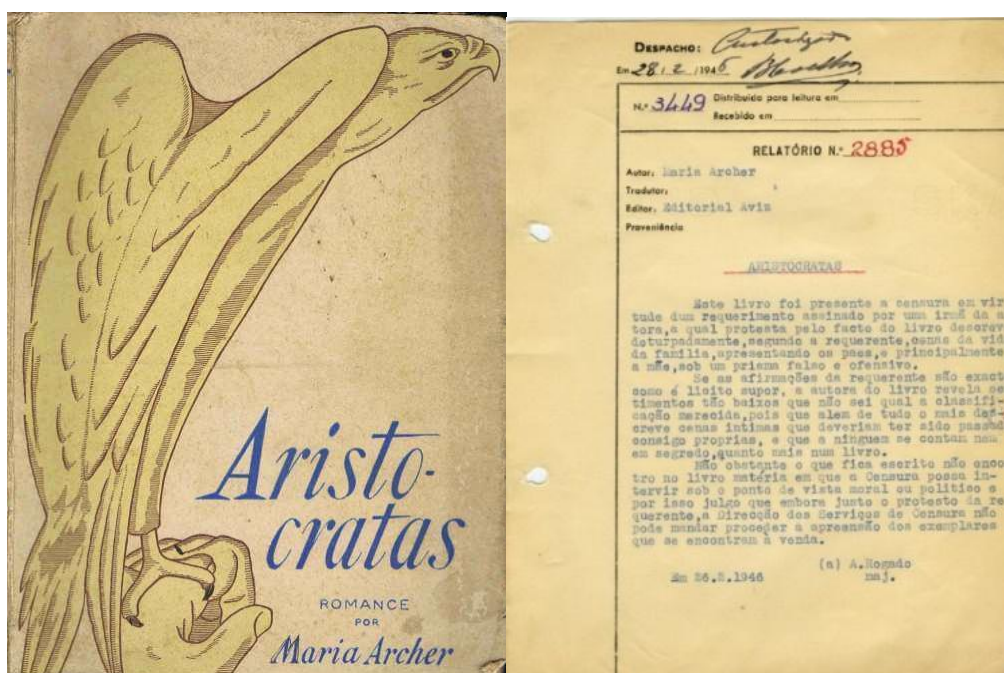
Seus livros tiveram várias edições com boa recepção e aceitação do público, eram inovadores e provocadores, retratavam a condição e o cotidiano femininos, criticavam práticas vigentes, perversidade das relações conjugais e falsas moralidades. Sua narrativa contemplava personagens femininas combativas, independentes e sedutoras, posicionadas entre o consentido e o proibido.

Em 1938, *Ida e volta duma caixa de cigarros* foi “qualificado” pelos periódicos *Voz* e *Novidades* como “pornográfico”, o Serviço de Censura apreendeu e proibiu a obra alegando “caracter acentuadamente erótico, a autora compraz-se na volúpia do promenor sensual, que parece ser o único objectivo”. Apesar dos recursos impetrados (1939 e 1944), a censura manteve a decisão afirmando “que se julga de conveniência pública fundada principalmente na intenção de preservar leitores de formação incorrupta ou imperfeita, de leituras que seriam perniciosas”.⁷

⁵ *África Selvagem* (1935, pela qual foi considerada uma escritora revelação), *Sertanejos*, *Singularidades dum país distante*, *Folclore dos negros do grupo Bantu e Ninbo de bárbaros* (1936), *Angola filme* (1937), *Colônias piscatórias em Angola e Caleidoscópio africano* (1938), *Roteiro do mundo português* (1940). Dentro dessa temática, merece menção a obra *Herança Lusíada* (s.d), com o prefácio de Gilberto Freyre, que destaca o “talento literário” da escritora. Nessas obras demonstrava conhecimentos etnográficos e fazia críticas eventuais à administração portuguesa na África.

⁶ Desta fase, entre sua vasta produção (algumas obras com várias reedições) destacam-se: *Ida e Volta de uma caixa de cigarros* (1938), *Há dois ladrões sem cadastro* (1940), *Fauno sovina* (1941), *Memórias da linha de Cascais* (1943), *Os parques infantis* (1943), *Ela é apenas mulher* (1944- considerado seu melhor romance), *Aristocratas* (1945), *Eu e elas*, *Apontamentos de Romancista* (1945), *A Morte veio de madrugada* (1946), *Casa sem pão* (1947), *O mal não está em nós e Filosofia duma mulher moderna* (1950), *Bato às portas da vida* (1951), *Nada lbe será perdoado* (1952), *A primeira vítima do Diabo* (1954), *Herança Lusíada* (s.d). As peças de teatro: *Alfacinha*, *Isso que chamam amor*, *Numa casa abandonada*, *O poder do dinheiro* e *O leilão*.

⁷ Os relatórios da Direção dos Serviços de Censura da PIDE anteriores a 1942 não estão disponibilizados nos arquivos da Torre do Tombo. No processo da obra *Casa sem pão* (1947) foram encontradas menções a *Ida e volta duma caixa de cigarros*. Processo 3540/1947e Relatório da Censura 2971/1947. Direção Geral do Livro dos Arquivos e das Bibliotecas-PIDE/DGS.



Imagens 1 e 2 — Capa do Livro e Relatório da Censura

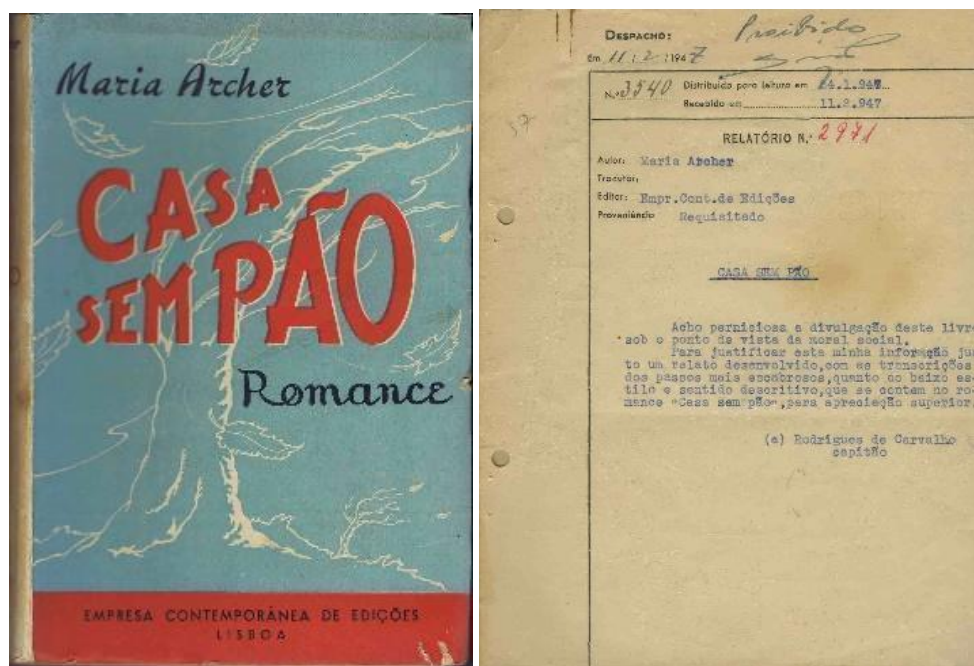
Fonte: Capa do Livro e Relatório da Censura 2885/1946 (Processo 3549/1946). Direção Geral do Livro dos Arquivos e das Bibliotecas-PIDE/DGS.

No caso do romance autobiográfico *Aristocratas* (1945), a autora se indis põs com a família que se viu representada no texto. Em 1946, a irmã da escritora encaminhou à Direção dos Serviços de Censura o pedido de apreensão da obra. O parecer do órgão relatava.

Se as afirmações da requerente são exactas como é licito supõe, a autora do livro revela sentimentos tão baixos que não sei qual a classificação merecida, pois além de tudo o mais descrever cenas íntimas que deveriam ter sido passadas consigo próprias, e que a ninguém se contam nem em segredo, quanto mais em um livro...⁸

Apesar dessas ponderações críticas à autora, a decisão final da Direção dos Serviços de Censura foi pela não apreensão dos exemplares.

⁸ Processo 3549/1946 e Relatório da Censura 2885/1946. Direção Geral do Livro dos Arquivos e das Bibliotecas-PIDE/DGS.



Imagens 3 e 4 — Capa do livro e Relatório censura 2971/1947

Fonte: Processo 3540/1947, direção Geral do Livro dos Arquivos e das Bibliotecas-PIDE/DGS.

Com o recrudescimento político e moral do regime, a obra de Archer foi considerada “inadequada” e ela passou a ser “cautelosamente acompanhada” pela PIDE. Em 1947, a autora caiu novamente nas garras da censura com o livro *Casa sem pão*, que foi apreendido. Os despachos da Direção dos Serviços de Censura, assinado pelo capitão Rodrigues de Carvalho, indicavam que o livro foi considerado como um “grave inconveniente moral”:

Lisboa, Fevereiro de 1947

Acho pernicioso a divulgação deste livro sob o ponto de vista moral e social...

Para justificar esta minha informação, junto um relato desenvolvido, com as transcrições dos passos mais escabrosos, quanto ao baixo estilo e sentido descrito que contém no romance *Casa sem Pão* para a apreciação superior.

Este, como não podia deixar de ser, em face de texto imoral do livro, e de aberta oposição a divulgação do romance “CASA SEM PAO” que melhor lhe ficaria o título - “Livro sem moral”

A BEM DA MORAL SOCIAL Desfecho Proibido (Processo 3540/1947 e Relatório censura 2971/1947).⁹

Archer reafirmava que seus escritos eram norteados pelo questionamento à condição de discriminação e submissão das mulheres (Archer 1952). Sua abordagem, temáticas e a descrição narrativa enfrentavam as concepções vigentes dos papéis atribuídos aos gêneros, marcados pelos padrões apregoados pelo conservadorismo moralista do Estado Novo. Por isso, seus livros foram

⁹ Processo 3540/1947 e Relatório censura 2971/1947. Direção Geral do Livro dos Arquivos e das Bibliotecas-PIDE/DGS. A autora fez novo recurso a Direção dos Serviços de Censura em 1969, o processo foi revisto e a obra liberada com vários cortes, contendo o seguinte despacho “Julgo pois que, com a condição expressa dos “cortes” apontados, possa ser autorizada a reedição do romance em causa”.

identificados como ousados e acintosos, sendo a escritora considerada pelos mecanismos censórios como “incomoda”.

[...] tudo o que Maria Archer dizia era proibido. Tudo o que ela escrevia, portanto, era assustador por esse motivo. A desvirginização, o aborto, o prazer sexual das mulheres, a violência masculina. O trabalho escravo que as mulheres então executavam nas suas próprias casas. A violação diária na cama do casal. A passividade ou revolta contra tudo isto. A prostituição a que tantas raparigas eram obrigadas ou apenas empurradas, por uma sociedade hipócrita, que em seguida a condenava (Horta 2000, X).



Maria Archer. Desenho de Inês Guerreiro publicado no jornal
Acção de 10 de Agosto de 1944.

Imagem 5 — Desenho de Inês Guerreiro
Fonte: Jornal *Acção*, 10 de agosto de 1944, 8.

Nesses anos, Archer se destacava pela presença em círculos literários e culturais. Em 1945, se filiou ao Movimento de Unidade Democrática (MUD) organização política de oposição ao regime salazarista, iniciando uma fase militante com críticas políticas ao Estado Novo e atuando em várias ações e movimentos. Em 1949, apoiou o candidato de oposição à presidência Norton de Matos.

A minha modesta obra de escritora ia-se também realizando e a sua crítica pertinaz aos quadros duma sociedade decadente e descrente de si mesma situou-me, a mim, sua autora, antes mesmo de eu ter escolhido refletidamente o meu caminho, acentuou-me no campo espiritual da oposição. Eu era tida e considerada como escritora oposicionista antes mesmo de ter dito, a mim própria, que era esse, definitivamente, o meu rumo, que eu esposava, conscientemente, grande parte dos seus ideais (Archer 1948a).

Como credenciada pelo jornal *República* (1953) assistiu o julgamento do opositor ao regime Henrique Galvão (1953), fez anotações dos depoimentos, entrevistou o réu, advogados e o próprio juiz, sinalizando com a proposta de escrever um livro sobre a questão. Devido a essa participação, passou a ser vigiada, foi interrogada pela PIDE, sua casa foi invadida por agentes da polícia e suas

anotações sobre o julgamento foram apreendidas.¹⁰ Denunciou o ocorrido no artigo “Um caso inédito de perseguição do pensamento”, publicado na *República*, de 20 de outubro de 1953.

As pressões se ampliaram, ela se queixava das hostilidades de uma sociedade conservadora, do endurecimento do regime, da perseguição da PIDE e da censura com a interdição dos seus livros. Com medo de uma possível prisão e sem condições de continuar suas atividades, em julho de 1955, exilou-se no Brasil.



Imagem 6 — Entrevista de Maria Archer
Fonte: Jornal Correio Paulistano 1956, 23.

Resistências Antissalazaristas em São Paulo: por um *Portugal Democrático*

Desde os inícios do século XX (1926/7), que São Paulo concentrava muitos imigrantes portugueses, alguns vieram na busca de oportunidades devido às novas perspectivas geradas pela expansão econômica e industrial, outros escapando das dificuldades da vida no campo, do serviço militar obrigatório e fugindo das tensões/perseguições políticas em Portugal. Essas perseguições políticas produziram ondas de exílios, que se acentuaram depois da implantação do Estado Novo (1933), destacavam-se entre os motivos das saídas os questionamentos ao regime, os vínculos a partidos de oposição, a falta de perspectivas profissionais, as exclusões (muito comuns nas carreiras universitárias e públicas), a censura (de artistas, jornalistas e escritores), as situações de medo e insegurança. Assim sendo, São Paulo se tornou uma possibilidade de acolhimento aos opositores do salazarismo, constituindo-se *redes* de apoio e recepção que envolviam partidos (PCP e PCB), associações, grupos profissionais e políticos, jornalistas, intelectuais e acadêmicos brasileiros.

¹⁰ Uma cópia dessas anotações foi enviada a Tomás Ribeiro Colaço, amigo exilado no Rio de Janeiro, o que possibilitou a produção do livro *Os Últimos Dias do Fascismo Português*, publicado em 1959.

Os exilados das décadas de 1950/60 se diferenciaram dos que chegaram anteriormente (1927/33, em sua maioria, de orientação republicana), a nova leva incorporava comunistas, socialistas, anarquistas, liberais republicanos e até dissidentes do próprio regime (após as eleições de 1957/58) (Paulo 2006/7; Silva 2006; Oliveira 2010). Não obstante a diversidade de tendências políticas, esses exilados convergiam numa plataforma unificadora de contestação ao regime salazarista e se uniram em ações de oposição, inclusive, atuando pela imprensa, este foi o caso do grupo que fundou o jornal *Portugal Democrático* (inicialmente instalado na sede do Centro Republicano Português), editado entre 1956 e 1977 (Matos 2013; Matos 2020; Rodrigues 2003; Ramos 2004; Silva 2000).

A iniciativa da criação do periódico foi de Vítor de Almeida Ramos e Manuel Ferreira Moura, ambos membros do PCP, que articularam outros compatriotas. No primeiro número (julho/1956) se esclareceu a plataforma:

A política que pretendemos realizar e a missão que temos a cumprir são, pura e simplesmente, servir o Portugal Democrático com verdade e independência... mostrar aos portugueses que se interessam por Portugal a real situação do país, destacando a cultura portuguesa; mudar a imagem do país, vencer as barreiras da censura, da falta de dinheiro e de apoio, estamos voltados para o futuro, consciente das realidades do presente e orgulhoso das grandezas do passado, aqui têm pois os portugueses do Brasil o seu jornal: o *Portugal Democrático* (*Portugal Democrático* 1956, n. 1, 1).

Entre os envolvidos na publicação encontravam-se intelectuais, escritores, artistas, jornalistas, além de um setor não menos atuante (apesar de mais oculto) de militantes e voluntários. A esfera editorial contava com os nomes de Adolfo Casais Monteiro, Carlos Maria de Araújo, Fernando Correia da Silva, Fernando Lemos, João Alves das Neves, Jorge de Sena, Paulo de Castro e Maria Archer¹¹, que como contestadora do salazarismo escreveu várias crônicas de críticas ao regime. O periódico também incluiu a participação de expressivos nomes da cultura e da política do Brasil, ainda autores das colônias portuguesas em África.

Através de redes de contatos e apoios, O *Portugal Democrático* era distribuído em vários estados do Brasil e núcleos da oposição em outros países como Canadá, Venezuela, Uruguai, Argentina, USA, Inglaterra e França (apesar de censurado pela PIDE, o jornal chegava clandestinamente a Portugal), sendo o periódico português de oposição, publicado no exterior, de maior circulação (Rodrigues 2003).

Em São Paulo, os mentores do *Portugal Democrático* se depararam com o discurso “oficial” do salazarismo, difundido junto aos imigrantes lusos, neste sentido, sua proposta visava

¹¹ Na lista de membros atuantes do *Portugal Democrático* foram identificadas quatro mulheres, Maria Archer, Maria Irolinda, Manuela de Gouveia e Maria Antônia Fiadeiro, mas, vários participantes declararam que outras se fizeram presentes.

conscientizar a comunidade portuguesa e brasileira das ações e práticas do governo salazarista, desmistificando a propaganda oficial, denunciando a violência e os métodos de repressão, a situação do ensino e os movimentos de estudantes, além de outras questões gerais da situação política e econômica portuguesa¹², explicitadas por Sarmiento Pimentel.

Protesto contra todas as mentiras, violências, injustiças, crueldades, extorsões – polícia política, campos de concentração, presos políticos, eleições roubadas, desprezo pela liberdade, indiferença pelos direitos do povo e suas gloriosas tradições de independência – que, por todos os modos, num conto do vigário colossal, tem sido apresentado ao mundo inteiro como uma era de progresso, de fraternidade, de paz e prosperidade em Portugal. De esperança, de certeza mesmo, que tudo quanto infelicitou durante trinta anos a nossa pátria, sem liberdade, sem teto, sem pão para o misero paisano e seus filhos, está no fim (Sarmiento Pimentel, Portugal Democrático 10/1956, n. 4, 9).

Foram várias as questões abordadas pelo periódico na luta antissalazarista, denunciava a situação política e econômica, destacava temáticas como os horrores praticados nos campos de prisioneiros, a luta pela anistia, debatia as questões coloniais (envolvendo Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé, Príncipe, Timor, Macau, Goa, Damão e Diu), apontava a censura à produção cultural e intelectual, a situação da educação e das universidades, a repressão aos movimentos de estudantes.

A convergência na oposição ao salazarismo, não minimizou a existência de divergências e disputas internas, com momentos de tensões e cisões que levaram ao afastamento de colaboradores, como em março de 1963, quando Adolfo Casais Monteiro, Fernando Correia da Silva, Fernando Lemos, Jorge de Sena, Paulo de Castro e Maria Archer se retiraram do Conselho de Redação, devido ao veto, pelo grupo hegemônico do PCP, a um artigo de Casais Monteiro.

Após o Golpe civil-militar de 1964, ocorreram pressões sobre os jornalistas envolvidos no periódico, cogitou-se sobre o encerramento.¹³ Em abril de 1974, o periódico assumiu entusiasticamente a cobertura da “Revolução dos Cravos”¹⁴; porém, com o retorno de muitos colaboradores, após dezenove anos de ação, o *Portugal Democrático* finalizou suas publicações, em 1977.

¹² A propaganda política salazarista coordenou ações dirigidas para comunidade de portugueses que moravam em outros países. No Brasil, essas ações foram centradas nos centros de maior presença lusitana; em São Paulo, destacou-se na mediação a Casa de Portugal. As estratégias de propaganda incluíam a divulgação de publicações como a *Revista Portuguesa*, o patrocínio de palestras, programas de rádio, projeção de filmes, espetáculos teatrais e musicais de cunho apologético ao salazarismo.

¹³ Com a “Revolução dos Cravos” em 25 de abril de 1974, novos horizontes foram abertos em Portugal. O periódico assumiu entusiasticamente a cobertura dos fatos, mas, com o retorno de muitos colaboradores, após dezenove anos de atividade e com 205 números impressos, em 1977, a publicação foi finalizada.

¹⁴ As articulações das oposições com os oficiais intermediários do Movimento das Forças Armadas (MFA) culminaram na “Revolução dos Cravos”, em 25 de abril de 1974. O programa político do novo governo propunha a criação de um regime democrático e pluralista e o fim das guerras na África (Maxwell 2006; Secco 2004; Mattoso e Rosas 1998).

Exílio e resistência antissalazarista

Eu creio que, se eu puder algum dia reentrar em Portugal, terei decerto a impressão de andar pelas ruas dum país estrangeiro (Archer, Carta de 7 de abril de 1975).

Em Portugal, Maria Archer sofreu pressões políticas, teve obras censuradas, perdeu suas condições de subsistência, foi silenciada e condicionada ao exílio, mantendo-se afastada do seu país durante mais de duas décadas.



Imagem 7 — Entrevista de Maria Archer

Fonte: Entrevista de Maria Archer à Folha de S. Paulo, 1955, fotografia (detalhe), 16.

No exílio em São Paulo, participou ativamente de ações políticas em várias frentes e manteve sua produção constituída por livros, crônicas, artigos, ensaios, palestras, conferências, entrevistas e participações radiofônicas. Seus escritos e atuações se centravam na denúncia/oposição ao regime salazarista e abordavam as questões do feminino, também, buscou divulgar a cultura dos países onde viveu, apregoando a confluência histórico-cultural entre os dois lados do Atlântico (Brasil e África portuguesa).

A escritora esteve sobre a investigação do DEOPS¹⁵, em cujos arquivos foram encontrados relatórios de “observação preventiva”, pelos quais se percebe sua militância política. Essas atividades frequentes atraíram a atenção da polícia-política de São Paulo, registrado no comunicado de 1957:

Levamos ao conhecimento dessa chefia que, ainda em serviço de observação proveniente nos meios estudantis à volta da próxima visita a São Paulo do Gal. Francisco Craveiro Lopes, fomos encontrar, agindo neste mesmo setor e sobre os mesmos motivos, a comunista portuguesa, Maria Archer, que, inclusive, acaba de mandar editar um livro de sua autoria sobre as gentes lusas, em diversos países do mundo.

¹⁵ Serviço de Informações, SSP/SP, doc. 50 C-24-321, 321^a, 323, 1957-63. Fundo DEOPS/SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

Segundo estamos informados, na tarde do dia 8 último, Maria Archer telefonou para um dos diretores da UESP, de nome Sérgio Lessa, e em cuja presidência, à Rua Sorocaba, 48, se verificava a primeira reunião ordinária daquela entidade estudantil, solicitando-lhe que lh'a convidasse para assistir tal "meeting" estudantino, o que foi feito.

Em meio ao debates naquela reunião, Maria Archer dizendo visceralmente adversária do atual Presidente de sua pátria, Gal. Francisco Higino Craveiro Lopes, sob a alegação de ter sido uma das vítimas do regime então reinante no país; e, depois de dizer que até sua residência particular houvera sido vasculhada pela polícia portuguesa, a mando do Governo luso, quando lhe furtaram vários originais de sua lavra, pediu que naquela reunião de estudantes se fizesse uma moção de protesto contra a visita do Gal. Francisco Craveiro Lopes a São Paulo, e em repúdio aos gastos excessivos feitos pelo Governo Brasileiro no acolhimento a um ditador estrangeiro. Esta moção, que ali fora redigida pelo estudante Sérgio Lessa, fora aprovada por Gilberto Rogê Ferreira, Elpidio Reali Júnior, Norma Jarnol, João Carlos Aguiar e Luiz Fernando Ribeiro da Silva, contra Joaquim Lima Neto, Firmino de tal, Henrique Bamer e João Gonçalves e uma abstenção. Satisfeita com o resultado da votação, Maria Archer prometeu escrever um livro, dentro em breve, contando a unidade, a combatividade e coragem na luta pelos estudantes (DEOPS 11 de junho 1957).

As ações da escritora visavam atrair apoio à causa antissalazarista. Nesse sentido, em janeiro de 1959, discursou no Ato de Solidariedade ao Povo Cubano, organizado pela União Estadual dos Estudantes, quando declarou:

Heróis anônimos tombam dia após dia, nos porões das cadeias políticas de Salazar, enquanto uma centena de fantoches do governo vive no luxo e no conforto. A colônia portuguesa que se encontra no Brasil, talvez por ser formada na sua maior parte de indivíduos apolíticos, que para cá se dirigem e tenho a impressão que aqui se influenciam pela máquina de propaganda orientada pelo governo português, começa ultimamente a tomar consciência e felizmente, da real situação, o mesmo não se deu quando há dois ou três anos passados para aqui se dirigiu o caixeiro viajante da ditadura general Craveiro Lopes (UEE, 24 de janeiro de 1959).

Archer participou de várias ações e movimentos políticos, alguns contaram com ampla audiência, como: Comitê dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão (1958), Ato em solidariedade ao povo cubano (1959)¹⁶, Conferência Sul-Americana Pró-Anistia para os Presos e Exilados Políticos da Espanha e Portugal (Janeiro/1960, quando aborda a temática da censura em Portugal), manifestações pré-candidatura Lott-Jango (1960), II Conferência Sul-Americana Pró-Anistia para os Presos e Exilados Políticos da Espanha e Portugal (Montevideu/1961)¹⁷, Encontro Estadual de Solidariedade a Cuba (compondo a mesa com Caio Prado Jr., Helena Silveira, José Serra e Jamil Haddad/março de 1963), Debate "42 anos de fascismo em Portugal" (PUC/SP/finais de 1968). No Ato Público em Solidariedade dos Povos de Portugal e Espanha, no Cine Paramount, em 27 de maio de 1962, fez parte da mesa de discussões:

Levamos ao conhecimento dessa chefia que, segundo nossos observadores, realizou-se na manhã de ontem, dia 27, das 9:10 às 12:50 horas, no Cine-Teatro Paramount, à Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, o anunciado ato público de solidariedade aos trabalhadores e aos povos de Espanha e Portugal.

¹⁶ Relatório-documento 50C-24-321,321A e 323. Fundo DEOPS-SP/APESP.

¹⁷ Relatório documento: 52-Z-0-14.284. Fundo DEOPS-SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Os trabalhos, que contaram com presença de cerca de 900 pessoas (lotando a plateia e os camarotes), foram presididos pelo Deputado Cid Franco, tendo ainda tomado assento à mesa, os seguintes elementos: Dep. José Rocha Mendes Filho; Dep. Germinal Feijó; Dep. Paulo de Tarso; Dep. Jéthero de Faria Cardoso; João Louzada; Gen. Humberto Delgado; Luiz Carlos Prestes; Dr. Walter Dias (advogado da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Jales); Eng. Tito de Moraes (líder do Movimento Português); Antonio Guardiola (líder do Movimento Espanhol); José Vendral (líder do Movimento Espanhol); Prof. Ênio Sandoval Peixoto; Helena Silveira (presidente da UBE); Maurício Vasconcellos Pinheiro (presidente da UEE); Dolores Mello Vassão (secretária da Comissão Paulista Pró-Anistia aos Presos e Exilados Políticos de Espanha e Portugal); Ítala Schwartzmann (presidente da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo); Maria de Lourdes Prestes Maia; **Maria Archer** (União Brasileira de Escritores); Edgar Leuenroti; Prof. Florestan Fernandes; os líderes sindicais Pedro Francisco Iovine, Gentil Neves Correia, Floriano Francisco Dezen, José Molenídio, Thimóteo Spínola e José Xavier dos Santos (Relatório DEOPS, 28 de maio de 1962. Documento: 50-E-29-50).

Na mesma página o jornal colocava em destaque uma coluna intitulada *Heroínas e mártires na luta contra o fascismo português*, na qual listava as mulheres mortas e presas políticas, assunto pouco abordado no periódico.

As questões que envolviam as mulheres portuguesas se fizeram presentes. Em abril de 1960, no Centro Republicano Português de São Paulo, a escritora proferiu a conferência “Presença da mulher na Paisagem Social Portuguesa”. Já em 1963, juntamente com Maria Fernandes, Maria Ermelinda, Janette A. Pereira e Maria Aldina, Maria Archer fundou a “sucursal” da União das Mulheres Portuguesas (UMP), da qual foi eleita presidente, sendo a iniciativa noticiada no *Portugal Democrático*.

Filiado ao Movimento das Mulheres Democratas Portuguesas, e com ligações estabelecidas no Uruguai, Buenos Aires, Mar del Plata, Rio, Recife, fundou-se recentemente em São Paulo uma sucursal da União das Mulheres Portuguesas... saudamos calorosamente o novo elemento de combate ao fascismo e cumprimentamos as senhoras portuguesas que o iniciaram (Portugal Democrático 08/1963, n. 75, 5).

No Ato Público de Solidariedade às Presas Políticas Portuguesas, concorrido evento patrocinado pela UMP, em 04/03/1964, no auditório da Biblioteca Municipal de São Paulo, Archer expôs a situação das mulheres encarceradas na Fortaleza subterrânea de Caxias.

A situação trágica, desesperadora dessas presa, há longos anos sequestradas do mundo nos cárceres salazaristas, está atraindo a atenção internacional. São mulheres das mais diversas camadas sociais, desde a intelectual, em que há escritoras, engenheiras, artistas, professoras, médicas, etc, às operárias e camponesas. Nenhuma foi condenada por atos mas graves que pichar paredes, espalhar jornais e panfletos, aliciar elementos para tentativas de greve, tomar parte de agrupamentos clandestinos, seja de intelectuais, escolares ou operários assinar manifestos e cartas mimeografadas, viajar para o Exterior para os congressos de Juventude ou Femininos. Nenhuma foi condenada por sabotagem, terrorismos, assaltos ou atos semelhantes. Contudo, estão há anos trancadas numa fortaleza subterrânea, sem ver a luz do sol, e pior ainda, sem esperança! Para elas, uma única esperança fulgura – somos nós, senhoras e senhores, sois vós, sobretudo vós brasileiros. É para os brasileiros que se estendem as mão súplices emanadas nas sombras da fortaleza de Caxias (Archer, *Portugal Democrático*, 04/1964, n. 82, p. 4).

Entre os artigos e crônicas produzidos pela autora se destacam os publicados em *O Estado de São Paulo*¹⁸, neste jornal contribuiu no Suplemento *Literatura e Arte* (6 ensaios que discutem comparativamente a formação histórica e cultural de Angola e Brasil, 1956); de forma mais expressiva e constante, escreveu para o *Suplemento Feminino*, totalizando cerca de 120 colunas (1955-57), que entre assuntos variados, priorizavam as crônicas de memória e as referentes a África (Batista 2007).¹⁹

Maria Archer também escreveu em outros periódicos como *A Gazeta*, *Semana Portuguesa e Portugal Democrático* (1955 a 1963) do qual foi uma das principais articuladoras. Seus artigos demonstravam erudição, cultura e visavam mobilizar e angariar apoios à luta antissalazarista.

No *Portugal Democrático* (1956-1963), Archer publicou 12 crônicas²⁰ abordando temáticas políticas e de denúncias sobre falta de liberdade de expressão. Apontava o desconhecimento e ocultamento da censura vigente em Portugal, deixando seu testemunho de ter dois dos seus livros de ficção apreendidos, assinalava as consequências da censura ao processo criativo e os prejuízos à literatura portuguesa. No artigo “A censura à imprensa e ao livro” rememorava.

Meus livros foram apreendidos sem a mínima justificação do acto e sem sequer me ser dada resposta aos pedidos que fiz para que essa explicação me fosse fornecida. [...] a simples existência da censura destrói uma geração literária. [...] A nossa situação é tão dura e dolorosa que o livro chega a ser apreendido em casa, ainda em original inacabado, em cima da secretaria, como me aconteceu (Archer 1956b, 5-6).

¹⁸ *O Estado de São Paulo* foi o único dos grandes jornais brasileiros, que manteve uma plataforma de oposição ao salazarismo, tendo acolhido nos seus quadros vários jornalistas e intelectuais exilados, além de Archer, destacaram-se Miguel Urbano Rodrigues, João Alves das Neves, Vitor da Cunha Rego, Carlos Maria de Araújo, Santana Mota e, durante certo período, Henrique Galvão (que se dedicava a uma exótica coluna sobre os safáris na África), alguns atuavam através de artigos e/ou crônicas no *Suplemento Literário*.

¹⁹ Nesses escritos se observa alguns eixos temáticos como as crônicas de memória, sobre a África e assuntos variados. Nas crônicas de memória, a autora questionava a condição feminina, os mecanismos e abusos do poder masculino, os acordos matrimoniais movidos por interesses, os códigos de posturas restritivos às viúvas, a ditadura da estética e o culto a beleza e a juventude; retratava o cotidiano feminino, as mulheres das aldeias e as tensas relações entre patroas e criadas. As crônicas sobre a temática africanista visavam ampliar o conhecimento sobre África, apresentando aspectos sociais, étnicos, políticos, culturais e históricos, focalizando as diversas experiências das mulheres africanas. Por fim, abordando temáticas variadas, demonstrava preocupações sociais, discutia questões como desigualdades, pobreza, desamparo dos trabalhadores na doença e na velhice, apresentava a comunidade portuguesas (associações, clubes, círculos literários, hospitais, asilo), iniciativas humanitárias-caritativas (com destaque para a Cruz Vermelha) e questões culturais (teatro, documentários, literatura e língua portuguesa), entre outros assuntos (Batista 2007).

²⁰ “A censura à Imprensa e ao livro” (10/1956), “Um Vencido” (01/1957), “Carta aberta a sua majestade Britânica Isabel II” (02/1957), “Eu e “A Voz” (04/1957), “Eleição de candidato único” (05/1957), “Cai sobre nós, esta vergonha, mulheres I” (12/1958) e II (01/1959), “Somoza, Salazar e CIA.” (07/1959); “A revolução áurea” (10/1960), “Avacalhar e Portugalizar” (09/1961), “Brasil, Fronteira da África” (09/1963), “Símbolo e Mito do 5 de Outubro” (10/1963).



Figuras 8 e 9 — Artigos de Maria Archer publicados em Portugal Democrático
Fonte: Portugal Democrático, n. 4, 10/1956 e n. 8, 2/1957.

Em seus escritos assumia um discurso de denúncia, buscando conscientizar sobre a situação e as atrocidades cometidas pelo governo salazarista. No artigo “Carta Aberta a sua majestade britânica Isabel II” utilizou a estratégia narrativa de uma carta dirigida a soberana inglesa em visita a Portugal, descrevia a situação de miséria vivenciada pelo povo, as ações de opressão e censura vigentes, também, denunciava a conivência do governo britânico às atrocidades da ditadura salazarista.

São 30 anos de ditadura em que as forças e os fuzilamentos não se fizeram sentir, mas a dominação se processou pela opressão do exército, espionagem e torturas da polícia, cerceio das liberdades políticas e civis e jurídicas, exílios e internamentos em campos de concentração africanos, com ou sem julgamento, e mesmo a prisão perpetua, «como medida de segurança», para acusados absolvidos nos tribunais. A censura postal, a censura à imprensa, o saque de livros e manuscritos de casados autores, a proibição de greves, de reunião, de associação, de eleições livres, de pluralidade partidária na política, o condicionamento econômico, fecharam o circuito opressor. São 30 anos em que as forças e fuzilamentos não se fizeram sentir, mas em que se trituraram adversários sob pressões econômicas. Comissões e perseguições, exílios, torturas policiais, julgamentos, assassinatos nas prisões, vexames contínuos, ameaças e intimidações, instalando-se a espionagem política no lar e despedaçando-se nessa engrenagem os afectos familiares sob suspeitas e delações (Archer, *Portugal Democrático* 02/1957, n. 8, 1, 2, 4).

Apesar da censura do governo salazarista ao *Portugal Democrático*, o artigo teve repercussões em Portugal, no jornal *A Voz* foi publicado o texto “Coisas Ignóbeis” (26/02), identificando como “ignóbeis” o periódico e a própria Maria Archer, que respondeu em “Eu e “A Voz (Archer 04/1957, n. 10, 1 e 6).

Tendo como mote a visita do presidente português Craveiro Lopes ao Brasil, no artigo “Eleição de candidato único” (Archer 05/1957, 1 e 4), Archer denunciava as falcaturas das eleições

em Portugal que ocorriam “sem fiscalização, sem disputa, verdadeira comédia eleitoral”, o que tornava “Craveiro Lopes um usurpador, ilegalmente nomeado e empossado pelo ditador Salazar num posto a que o elevaram através das manigâncias duma eleição de candidato único”, apontava, ainda que Craveiro vinha em missão propagandista do regime salazarista, ditadura vigente a mais de 30 anos.

Nos artigos “Cai sobre nós, esta vergonha, mulheres I” (Archer 12/1958, n. 19) e II (Archer 01/1959, n. 20), a articulista comentava a falta de apoio feminino nas lutas de oposição ao regime, apesar de reconhecer a existência de exceções, clamava por maior adesão de esposas, filhas e mães na resistência ao salazarismo.

Em “Somoza, Salazar e CIA”, construindo paralelos entre as arbitrariedades das ditaduras de Somoza e Salazar, denunciava a situação de miséria, ausência da liberdade de expressão, opressão e torturas impetradas pelo salazarismo,

Dou testemunho do que vi. Mas sei mais do que o pouco que vi, sei de certeza que há milhares de mulheres e homens torturados, deformados, humilhados, envelhecidos, assassinados, sumidos em ignotos cemitérios pela polícia salazarista. Sei, e toda a cidade do Porto o sabe, que a sede da PIDE, no Porto, comunica diretamente, pelos fundos, com um dos cemitérios municipais para facilidade dos sepultamentos clandestinos. Quantos presos desapareceram, na PIDE, no Porto, como se tivessem ido para o campo de concentração do Tarrafal? Nunca mais há notícias deles. Desapareceram... que a terra lhes seja leve e o seu nome perdue em nossa memória! (Archer, *Portugal Democrático* 07/1959, n. 26, 6).

Em “A revolução áurea” (Archer 10/1960, n.35) elaborou uma retrospectiva histórica sobre as lutas pela República em Portugal, retornando a essa temática em “Símbolo e Mito do 5 de Outubro” (Archer 10/1963, n.76, 8). Já no artigo “Avacalhar e Portugalizar” comentava as apreciações de Charles de Gaulle (relatada na obra de J.R. Tournoux, *Segredos de Estado*) sobre o crescente desinteresse do povo francês, como já acontecido com os portugueses. Referenciando a Roger Vailland (no premiado livro *A Lei*), explicava os significados de “portugalizar”.

AO LEITOR: Ainda há quem se recorde de que o termo “portugalizar” significava, há anos efervescência revolucionária, convulsão política, paixão e anarquia, patriotismo exaltado, mas de nenhum modo avacalhamento, desinteresse ou renúncia. Esses são os trunfos de Salazar, os seus frutos opimos. Ele conquistou mais essa glória no seu palmarés. Hoje, “portugalizar” é o general De Gaulle quem o diz, significa o desinteresse dum povo que se “avacalha”. Por isso é que muitos separam a ALMA DE SUA PROPRIA PATRIA PARA A ENTREGA A OUTRA. São portugueses que não se deixam “portugalizar” (Archer *Portugal Democrático* 09/1961, n. 46, 7).

Além dos artigos e crônicas, no exílio, Maria Archer publicou os livros *Terras onde se fala português* (1957), *África sem luz* (1962), *Brasil, fronteira da África* (1963), nessas obras priorizou temáticas africanas e das relações Brasil-África.

O livro *Os últimos dias do fascismo português* veio a público em 1959, a obra focalizava o julgamento do capitão Henrique Galvão (12/1952 e 03/1953) acusado de conspiração contra o governo de Salazar. Como já dito, Maria Archer acompanhou as sessões no Tribunal, fez anotações e entrevistas (réu, advogados, testemunhas e o próprio o juiz) coletando informações, contudo, a escritora foi convocada pela PIDE e teve suas anotações apreendidas, sendo esse um dos motes do seu autoexílio (1955). Porém, parte dos seus escritos tinha sido enviados para Tomás Ribeiro Colaço, no Brasil, Archer se empenhou na escrita e publicação do livro.

Os escritos contundentes objetivavam envolver os leitores, sensibilizando-os das arbitrariedades judiciais e crueldades do sistema salazarista, para tanto, a estratégia narrativa se centrou na metáfora teatral, identificando o julgamento como um espetáculo, um simulacro, “estamos em pleno teatro e do dramático, direi mesmo da tragédia” (Archer 1959). O tribunal era o cenário, no qual os participantes desempenhavam papéis com roteiros pré-definidos e marcados pelas metáforas da guerra e da luta. O protagonista central era o capitão Henrique Galvão,

É ainda um animal lutador. Encara os juízes como adversários a quem não pede misericórdia. Está desarmado em frente de inimigos que têm por si a força da Nação, está condenado e vencido antes da batalha, mas é evidente, e clamante, que em medida humana, é superior aos seus contrários (Archer, 1959).

Os sentidos políticos da obra presentes no discurso de denúncia se encontram marcados por referências emocionais e afetivas, a própria capa do livro foi ilustrada com a contrafé da *Comissão de Censura* da PIDE, convocando a autora a prestar declarações. Objetivando desmascarar as tramas de poder, a narrativa denunciava as injustiças, a falta de liberdade de expressão centrada num sistema estruturado pela repressão política, violência e censura, da qual a própria autora foi vítima.



Imagens 10 e 11 — Capa de *Os últimos dias do fascismo português* de Maria Archer, 1959 e contrafé da PIDE
Fonte: Capa de *Os últimos dias do fascismo português* de Maria Archer, 1959, e contrafé da PIDE, fotografias (detalhes).

* * *

A historiografia sobre a oposição ao regime salazarista não tem atentado ao protagonismo feminino, invisibilizando as atuações e lutas das mulheres. Camponesas e operárias participaram de protestos e greves, denunciaram a carestia, altos custos, racionamentos e falta de gêneros; mulheres profissionais, intelectuais e artistas se manifestaram, outras participaram de partidos políticos, associações, organizações e comissões, integraram oposições de diferentes vertentes e, ainda outras, se assumiram como feministas e pacifistas. Assim sendo, frente ao estatuto de desigualdade de gênero que caracterizou o regime salazarista, cabe observar as especificidades nas formas das ações, reivindicações e lutas femininas, sendo um desafio reverter o estatuto de invisibilidade dessas experiências de luta (Gorjão 2002).

Archer é apontada como precursora da participação da mulher nos movimentos de resistência salazarista, suas ações e escritos visavam denunciar o regime. Na sua trajetória no exílio observa-se duas fases: uma inicial, entre 1955-63, caracterizada pela árdua militância, produção criativa e visibilidade midiática e um segundo período, entre 1964-79, no qual se nota a desaceleração da produção, reclusão, silenciamento e doença. Sobre esta mudança algumas hipóteses podem ser levantadas: o contexto político brasileiro após o Golpe de 1964, cisões e dissidências internas no grupo do *Portugal Democrático*, levando a ruptura de Maria Archer com os colegas, além da doença e avanço da idade.

Em São Paulo, viveu dos seus escritos, humildemente instalada num apartamento no Bairro de Santana, partilhado com a professora portuguesa Maria do Céu Rosa Lopes. Em cartas ao sobrinho Fernando de Pádua (1973) explicitava suas dificuldades de saúde e financeiras, tinha uma

pequena e irregular pensão, insuficiente para custear os tratamentos de saúde, para os quais contava com apoios eventuais de amigos. Pedia que o sobrinho solicitasse a autorização governamental para o seu retorno a Portugal, apesar de concedida (1973), ela só voltou em abril/1979, já com a idade de 80 anos e tendo a saúde muito abalada, declarou falta de “coragem de voltar a Portugal sem dinheiro nem prestígio”. Em Lisboa, ficou albergada no Lar Santa Maria de Marvila, morreu em janeiro de 1982.

* * *

A posição do exilado aviva a vontade de partilhar experiências, memórias e sentimentos, podendo desencadear desejos de registros através de textos, ainda mais quando o ofício praticado é o da escritura, gerando narrativas de lutas, denúncias e ativismo político (Sarlo 2006). Dessa forma, Maria Archer atuou, assumiu a causa antissalazarista escreveu e denunciou as atrocidades deste regime.

A produção literária de Archer visava inspirar questionamentos aos papéis tradicionais das mulheres, além de denunciar e criticar o regime salazarista. As ações da censura foram basilares na trajetória de Archer, a escritora foi estigmatizada pelos mecanismos censórios considerada como “dissonante”, “incomoda” e “inconveniente”; o regime além de censurá-la, tirou-lhe os meios de subsistência e levou-a ao exílio que perdurou mais de vinte anos, mais ainda, cortou seus vínculos com os leitores e a empurrou para o “esquecimento”. Apesar das tentativas de recuperação da sua vida e obra, ainda resta muito para que seja conhecida e reconhecida.

Esta investigação enfrentou o desafio de focalizar a trajetória combatente de Maria Archer, também observar a trama de emoções emergentes nos seus escritos no exílio marcados pela humilhação (experiência de impotência e sofrimento), injustiça, desrespeito, difamação, ultraje, vergonha e desesperança). Contudo, mantém-se a percepção de que muito ainda precisa ser pesquisado no sentido de dar luzes às lutas de resistência contra o salazarismo dos que foram exilados e de longe se articularam na causa oposicionista e, entre esses, dar vozes às mulheres que atuaram, escreveram e denunciaram as atrocidades do regime.

Referências:

Livros escritos no exílio:

- Archer, Maria. *Terras onde se fala Português*. Rio de Janeiro: Ed. Casa do Estudante do Brasil, 1957.
- Archer, Maria. *Os Últimos Dias do Fascismo Português*. São Paulo: Editora Liberdade e Cultura, 1959.
- Archer, Maria. *África Sem Luz*, São Paulo: Clube do Livro, 1962.

Archer, Maria. *Brasil, Fronteira da África*. São Paulo: Felman-Rêgo, 1963.

Artigos no Portugal Democrático:

Archer, Maria. “A censura à Imprensa e ao livro”, *Portugal Democrático*. outubro/1956, 5-6.

Archer, Maria. “Um Vencido”, *Portugal Democrático* janeiro/1957, 6.

Archer, Maria. “Carta aberta a sua majestade Britânica Isabel II”, *Portugal Democrático* fevereiro/1957, 1-2, 4.

Archer, Maria. “Eu e “A Voz”, *Portugal Democrático*, Abril/1957, 1, 6.

Archer, Maria. “Eleição de candidato único”, *Portugal Democrático*, Maio/1957, 1,4.

Archer, Maria. “Cai sobre nós, esta vergonha, mulheres I ”, *Portugal Democrático*, dezembro/1958.

Archer, Maria. “Cai sobre nós, esta vergonha, mulheres II ”, *Portugal Democrático*, janeiro/1959.

Archer, Maria. “Somoza, Salazar e C^a.” *Portugal Democrático*, Julho/1959, 6.

Archer, Maria. “A revolução áurea”, *Portugal Democrático*, Outubro/1960, 6-7.

Archer, Maria. “Avacalhar e Portugalizar”, *Portugal Democrático*, Setembro/1961, 7

Archer, Maria. “Brasil, Fronteira da África”, *Portugal Democrático*, Setembro/1963, 4.

Archer, Maria. “Símbolo e Mito do 5 de Outubro”, *Portugal Democrático*, Outubro/1963, 8.

Archer, Maria. “Solidariedade às Presas Políticas Portuguesas”, *Portugal Democrático*, 04/1964, n. 82, 4.

Artigos na imprensa portuguesa:

Archer, Maria (a). “Eu...e mais eu”, *O Sol*, 11 de Setembro de 1948, 4.

Archer, Maria. (b) *O Sol*, n. 184, 11 de setembro de 1948.

Archer, Maria. “O general Norton de Matos”, *O Sol*, 8 de Janeiro de 1949, 1, 10.

Archer, Maria “Revisão de Conceitos Antiquados”, *Ler*, 7, Outubro de 1952, 5.

Archer, Maria. “A censura e o livro”, *República*, 4 de Novembro de 1953, 4-5.

Referências na imprensa

Archer, Maria. Entrevista com Maria Archer, *Diário de Notícias*, 15 jan. 1956, 14.

Editorial, *Portugal Democrático*, agosto/1963, n. 75.

Sarmiento Pimentel, João Maria Ferreira. *Portugal Democrático* 10/1956, n. 4, 9.

Jornal Acção, 10 de agosto de 1944.

Direção Geral do Livro dos Arquivos e das Bibliotecas-PIDE/DGS:

Processo 3549/1946,

Processo 3540/1947,

Processo 131/1948, SR, fls 324.

Relatório da Censura 2885 (1946).

Relatório censura 2971 (11/2/1947)

Relatório Censura 8587 (6/9/1969).

Fundo DEOPS/SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

“Assunto sobre a Escritora Portuguesa, em São Paulo, Maria Archer”, comunicado do Serviço Secreto do DEOPS, de 11 de junho de 1957. Doc. 50-C-25-321.

Relatório DEOPS, 28 de maio de 1962. Documento: 50-E-29-50.

Relatório DEOPS. documento: 52-Z-0-14.284.

Serviço de Informações, SSP/SP, documento: 50 C-24-321, 321^a, 323, 1957-63.

Bibliografia:

Arendt, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Azeredo, Candido de. *A censura de Salazar e Marcelo Caetano*. Lisboa: Caminho editorial, 1999.

Baiôa, Manuel. “Censura como factor de formação e consolidação do salazarismo: o caso do noticiário sobre política internacional na imprensa (1933-1935)”. Em *A formação e a consolidação política do salazarismo e do franquismo*, org Fernando Martins, 131-157. Lisboa: Colibri, 2012.

Batista, Elisabeth. “Entre a literatura e a imprensa: percursos de Maria Archer no Brasil”. Tese de Doutorado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2007.

Bordeira Guilherme. *Acerva de Maria Archer*. Lisboa: Lantia, 2014.

Botelho, Dina Maria dos Santos. “Ela é apenas mulher”: Maria Archer, obra e autora”. Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1994.

Bouzy, Armanda Manguito. “Mémoires d’exil: Maria Archer, une femme anti-salazariste au Brésil”. *Cahiers d’études des cultures ibériques et latino-américaines*, n. 1 (2015).

Cabrera, Ana. “A memória e o esquecimento: a censura do Estado Novo em Portugal perante três peças de autores espanhóis” *Media & Jornalismo*, n. 12 (2008): 35-56.

Coelho, José Dias. *A resistência em Portugal*. Porto: Inova, 1974.

Cotrim, João Pedro. “Tradutores e Propagandistas - da tradução como ferramenta de propaganda do Estado Novo no estrangeiro e da indústria que se desenvolveu em torno desta no Secretariado da Propaganda Nacional/Secretariado Nacional de Informação”. Dissertação de Mestrado, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2010.

Fiuza, Alexandre Felipe. “Entre um samba e um fado: a censura e a repressão aos músicos no Brasil e em Portugal nas décadas de 1960 e 1970”. Tese de Doutorado, Assis, Universidade Estadual Paulista, 2006.

Gorjão, Vanda. *Mulheres em tempos sombrios: oposição feminina ao Estado Novo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

Hochman, Nicolás. “Conflictos y posibilidades de los escritores en el exilio: la discusión entre Émile Cioran y Witold Gombrowicz”. *Anagramas-Rumbos y sentidos de la comunicación*, 10, n. 19 (2011): 119-128..

Horta, Maria Teresa. “Prefácio”. Em *Ela é apenas mulher*, de Maria Archer, V-XII. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 2001,

Martins, Leonor Pires. “Menina e moça em África: Maria Archer e a literatura colonial portuguesa”. *Lusotopie*, 12, n. 1-2 (2005): 77-91.

Martins, Susana, *Socialistas na oposição ao Estado Novo: um estudo sobre o movimento socialista português de 1926 a 1974*. Cruz Quebrada: Casa das Letras/Editorial Notícias, 2005.

Matos, Maria Izilda S. “Exílios e Resistências antissalazarista em São Paulo. O Jornal Portugal Democrático: questões e debates (1958-77)”, Em *Migrações e Exílios no Mundo Contemporâneo*, org. Paulo, Heloisa, Pena-Rodríguez, Alberto, Clímaco, Cristina e Enrique Coraza de los Sanntos, 125-149. Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra, 2020.

Matos, Maria Izilda Santos de. *Portugueses: deslocamentos, experiências e cotidiano – São Paulo, séculos XIX e XX*. Bauru: Edusc, 2013.

Mattoso, José e Fernando Rosas. *História de Portugal, v. 7: o Estado Novo*. Lisboa: Estampa, 1998.

Maxwell, Kenneth. *O império derrotado: revolução e democracia em Portugal*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

Oliveira, Fábio Ruela de. “Trajetórias intelectuais no exílio: Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena e Vítor Ramos (1954-1974)”. Tese de Doutorado, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2010.

Paulo, Heloisa. *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*. Coimbra: Minerva, 1994.

Paulo, Heloisa. *Aqui também é Portugal: a colônia portuguesa do Brasil e o salazarismo* Coimbra: Quarteto, 2000.

Paulo, Heloisa. “O exílio português no Brasil: os "budas" e a oposição antissalazarista”. *Portuguese Studies Review*, Ontario, 14, n. 2 (2006-2007): 131-150.

Pedrosa, Ana Bárbara Martins. “Escritoras portuguesas e Estado Novo: as obras que a ditadura tentou apagar da vida pública”. Tese de Doutorado, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

Pereira, Maria La Salete Coelho de. “Maria Archer entre o feminismo e o neorrealismo: uma leitura dos romances *Ela é apenas mulher* e *Aristocrata*”. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Braga, 2008.

Pinto, Antonio Costa. *Os camisas azuis: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal-1914-45*. Lisboa: Estampa, 1994.

Ramos, Ubirajara Bernini. “*Portugal Democrático: um jornal de resistência ao salazarismo publicado no Brasil*”. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

Ramos, Vitor. *Breve análise da repressão à vida intelectual em Portugal*. São Paulo: Paz e Terra, 1969.

Ribeiro, Adelia Maria Miglievich. “Intelectuais no exílio: onde é a minha casa?”, *Dimensões*, 26 (2011): 152-176.

Rodrigues, Miguel Urbano. Portugal Democrático: um jornal revolucionário. Em *A missão portuguesa: rotas entrecruzadas*, org. Fernando Lemos e Rui Moreira Leite, 183-191. São Paulo-Bauru: Editora Unesp/Edusc, 2003.

Said, Edward. “Reflexões sobre o exílio”. Em *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*, 46-60. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

Santos, Graça. Política do espírito: o bom gosto obrigatório para embelezar a realidade. *Media & Jornalismo*. Coimbra, 12, n. 7, (2008): 59-72.

Sarlo, Beatriz. *Tiempo presente: notas sobre el cambio de una cultura*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.

Secco, Lincoln. *A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português*. São Paulo: Alameda, 2004.

Silva, Douglas M. *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro, 1956-1974*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

Silva, Douglas Mansur da. “A Ética da Resistência: Os Exilados Anti-Salazaristas do Portugal Democrático (1956-1974)”. Dissertação de Mestrado, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2000.

Souza, Francisca Duarte de. 2012. “Quando o veto sufoca a voz”, Anais XIII Encontro da ABRALIC UEPB/UFCG, Campina Grande, Brasil, 2012.

Torgal, Luís Reis. “O modernismo português na formação do Estado Novo de Salazar: Antônio Ferro e a Semana de Arte Moderna de São Paulo”. Em *Estudos em homenagem a Luís Antônio de Oliveira Ramos*, org. Jorge Ribeiro, Jorge Martins, Francisco Ribeiro da Silva e Helena Porto Oswald, 1081-1092. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.

Torgal, Luís Reis. *Estados novos, Estado Novo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 2ª edição, 2009.

Torgal, Luís Reis e Homem, Amadeu de Carvalho. “Ideologia salazarista e “cultura popular”: análise da biblioteca de uma casa do povo”. *Análise Social*, XVIII (1982): 1437-1464.

Recebido: 09 de dezembro de 2025

Aprovado: 09 de junho de 2026